



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 344/12**

Dispõe medidas para que as empresas prestadoras de serviços de TV por assinatura situadas no Estado do Paraná mantenham escritórios regionais nas microrregiões para atendimento pessoal.

**Art. 1º** As empresas prestadoras de serviços de TV por assinatura situadas no Estado do Paraná deverão instituir um escritório regional para atendimento pessoal nas microrregiões para cada grupo de cem mil habitantes.

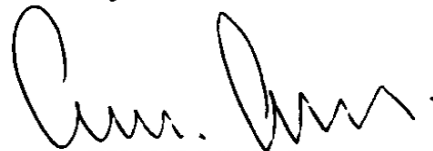
**Art. 2º** O referido escritório deverá disponibilizar funcionários para efetuar atendimento pessoal aos clientes.

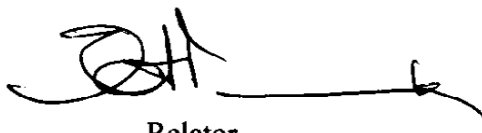
**Art. 3º** O descumprimento do disposto nesta Lei implicará nas sanções previstas no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará a forma de fiscalização.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor no prazo de cento e vinte dias a partir de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator

740141



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 634/12

Dispõe sobre o vencimento dos cargos do grupo ocupacional Superior de Apoio Especializado do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e altera dispositivos da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010.

**Art. 1º** Os vencimentos dos cargos do grupo ocupacional Superior de Apoio Especializado, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Paraná, constante da Tabela 2, do Anexo III da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, e alterações posteriores, passam a ser os definidos no Anexo I desta Lei.

**Parágrafo único.** As tabelas de vencimentos estabelecidas nesta Lei correspondem a uma jornada de trabalho de trinta e cinco horas semanais e serão atualizadas no caso de revisão geral anual.


**Art. 2º** Os valores correspondentes à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) percebida pelos servidores do grupo ocupacional Superior de Apoio Especializado serão deduzidos dos valores derivados da elevação dos vencimentos decorrentes desta Lei.

**Parágrafo único.** Os valores correspondentes à verba de representação prevista no art. 19 da Lei nº 16.748, de 2010, comporão o vencimento dos servidores dos grupos ocupacionais Especial Superior e Superior de Apoio Especializado para o cálculo da VPNI.

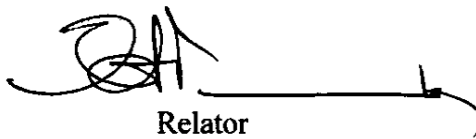
**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

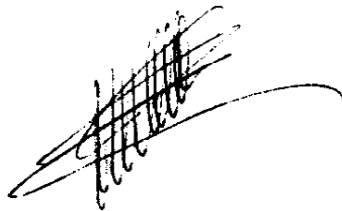
Sala das Comissões, 10 de junho de 2013.



ALEXANDRE CURI  
Presidente



Relator



—



**ANTEPROJETO DE LEI 120/2013**

**Súmula:** Dispõe sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**SEÇÃO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** A concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no CAD/ICMS de estabelecimento fabricante, importador ou distribuidor de combustíveis líquidos ou gasosos, derivados ou não de petróleo, inclusive de solventes, de nafta ou de outro produto apto a produzir ou a formular combustível, de transportador revendedor retalhista, de posto revendedor varejista de combustíveis ou de empresa comercializadora de etanol, como tal definidos e autorizados por órgão federal competente, ficam sujeitos, além das demais disposições legais, ao disposto nesta Lei.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se estabelecimento fabricante a refinaria de petróleo e suas bases, o produtor de gás, a central petroquímica, o formulador, o rerrefinador, a usina de açúcar e etanol e a usina de biodiesel.

§ 2º Submetem-se ainda ao disposto nesta Lei, no que couber:

I - os armazéns gerais ou os depósitos de qualquer natureza que prestem serviço ou cedam espaço, a qualquer título, para os contribuintes a que se refere este artigo;

II - as usinas ou as destilarias aptas a produzir açúcar ou etanol, independentemente da destinação dada a esse último produto;

III - qualquer outro agente que atue no mercado de produção, de comercialização e de transporte das mercadorias referidas neste artigo e que dependa de autorização de órgão federal competente;





IV - o contribuinte estabelecido em outra unidade federada que exerça as atividades referidas neste artigo, na condição de substituto tributário.

§ 3º O contribuinte deverá requerer inscrição estadual específica em relação ao estabelecimento no qual:

I - exerça atividades administrativas, comerciais, negociais ou financeiras da empresa;

II - armazene as mercadorias referidas neste artigo, quando o estabelecimento depositante estiver sediado em outro local.

§ 4º Ato do Poder Executivo disporá a respeito dos documentos a serem exigidos para a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no CAD/ICMS, em cada caso, para os estabelecimentos citados neste artigo, além dos mencionados na presente Lei.

## **SEÇÃO II**

### **DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES**

**Art. 2º** O pedido de inscrição do estabelecimento do contribuinte deverá atender às regras gerais dispostas na legislação tributária e ser instruído, no mínimo, com documentos que comprovem:

I - a habilitação legal do signatário para representar o contribuinte;

II - a regularidade da inscrição de cada estabelecimento do contribuinte no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, inclusive os situados em outra unidade federada, se for o caso;

III - a habilitação para o exercício da atividade ou o certificado de cadastramento de fornecedor de combustível para fins automotivos, expedidos pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, nos termos da legislação federal pertinente;

IV - a propriedade da base de armazenamento e de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível e outros combustíveis automotivos, a cessão ou o arrendamento de instalações de terceiros, devidamente homologados pela ANP, relativamente a cada uma das bases que serão utilizadas pelo contribuinte para o exercício de sua atividade em cada unidade federada;



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

V - o envio à ANP das informações mensais sobre as movimentações de produtos, conforme disposto em Resolução da ANP, referentes aos três meses imediatamente anteriores ao do pedido;

VI - a comprovação da qualificação do profissional e da organização contábil responsáveis pela escrituração fiscal e contábil, acompanhada de comprovante da inscrição no Conselho Regional de Contabilidade.

§ 1º A incorporação ao capital social de reavaliações, lucros acumulados ou reservas de qualquer natureza, para os efeitos desta Lei, está condicionada à comprovação da sua existência e origem, efetuada mediante apresentação da escrituração contábil revestida das formalidades legais, dos livros e demonstrações contábeis e do registro, quando obrigado, das operações no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

§ 2º Quando o capital social for integralizado com a utilização de bens, de títulos ou de créditos, deverão ser comprovados pelo integralizador a sua aquisição, a sua capacidade financeira, a origem dos recursos e o efetivo desembolso do valor de aquisição ao titular originário, na forma a ser definida em ato do Poder Executivo.

§ 3º Para efeitos do disposto na Lei nº 17.079, de 23 de janeiro de 2012, o contribuinte de que trata esta Lei deverá providenciar seu credenciamento para utilização de comunicação eletrônica, informando o seu endereço eletrônico no pedido de que trata o *caput* deste artigo.

**Art. 3º** A critério da autoridade competente, que analisar o pedido, poderá:

I - o sócio, o diretor, o administrador ou o procurador, ser convocado para entrevista pessoal, em dia, local e horário designados, mediante prévia notificação, hipótese em que deverá comparecer munido dos originais de seus documentos pessoais;

II - ser realizada diligência para esclarecimento de qualquer fato ou circunstância decorrente da análise dos documentos apresentados;

III - ser exigida:

a) a apresentação e a juntada de outros documentos necessários à elucidação de qualquer dúvida evidenciada no processo;

b) excepcionalmente, a observância, no todo ou em parte, das disposições desta Lei para pedidos de inscrição de outros estabelecimentos do contribuinte, posteriores ao primeiro.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Parágrafo único.** Será lavrado termo circunstanciado da entrevista ou de constatação em caso de não comparecimento da pessoa notificada.

**Art. 4º** Poderá a autoridade competente exigir, antes de deferir o pedido de inscrição, de alteração ou de renovação de inscrição, a prestação de garantia ao cumprimento das obrigações tributárias futuras, em razão:

I - da existência de débito fiscal definitivamente constituído em nome da empresa, de suas coligadas, de suas controladas ou de seus sócios;

II - do exercício das atividades econômicas de que trata esta Lei;

III - de qualquer outra hipótese prevista na legislação tributária.

§ 1º A garantia a que se refere este artigo será prestada mediante:

I - fiança bancária;

II - seguro garantia;

III - depósito administrativo.

§ 2º O valor da garantia ao cumprimento das obrigações tributárias futuras será determinado em razão das quantidades mensais de vendas totais estimadas com a aplicação da respectiva alíquota relativa às operações internas, projetadas para um período de 12 (doze) meses.

§ 3º A garantia deverá ser complementada:

I - quando, tendo sido prestada com fundamento na estimativa das operações, revelar-se insuficiente ou inferior ao valor calculado com base nas efetivas operações do estabelecimento;

II - sempre que os débitos fiscais do contribuinte neste Estado, constituídos ou declarados espontaneamente, ultrapassarem o valor da garantia constituída.

§ 4º Nas hipóteses previstas no § 3º, a garantia:

I - será calculada com base no volume médio mensal das operações realizadas pelo contribuinte nos últimos 12 (doze) meses;

II - será acrescida do montante dos débitos constituídos e dos débitos declarados espontaneamente pelo próprio contribuinte.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

§ 5º A prestação da garantia também poderá ser exigida, a qualquer tempo, em razão da constatação superveniente da ocorrência de uma das hipóteses previstas nos incisos I a III do *caput* deste artigo.

**Art. 5º** Em substituição ou em complemento à prestação da garantia prevista no § 3º do art. 4º poderá o contribuinte, a critério da autoridade competente, ser submetido a regime especial para o cumprimento das obrigações tributárias, na forma a ser regulamentada por ato do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** O regime especial de que trata este artigo poderá compreender:

- I - o bloqueio à emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e;
- II - a obrigatoriedade da emissão do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE em formulário de segurança;
- III - a exigência de pagamento do imposto a cada operação de saída;
- IV - a instalação de equipamentos e a adoção de medidas que visem assegurar o cumprimento das obrigações tributárias e proteger as relações de consumo.

### SEÇÃO III DAS ALTERAÇÕES CADASTRAIS

**Art. 6º** Constatada a falta de comunicação de alteração de dados cadastrais, bem como outras hipóteses previstas na legislação tributária, sem prejuízo da aplicação de penalidades, o contribuinte poderá ser notificado a renovar a sua inscrição, ainda que se trate de alterações da composição societária ou do capital social.

### SEÇÃO IV DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA INSCRIÇÃO

**Art. 7º** O contribuinte que exerça qualquer das atividades referidas no art. 1º, quando notificado pelo fisco, deverá solicitar, no prazo de trinta dias contados da data da notificação, a renovação da inscrição de cada um de seus estabelecimentos, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** Em qualquer caso, será dada publicidade da notificação referida neste artigo, por meio de edital no Diário Oficial Executivo ou no Diário Eletrônico da SEFA.





## **SEÇÃO V DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**

**Art. 8º** A competência para decidir sobre pedido de concessão de inscrição, de alteração de dados cadastrais, de reativação de inscrição cancelada ou de renovação da inscrição será do Diretor da Coordenação da Receita do Estado, podendo ser delegada.

**Art. 9º** Os pedidos de que trata o art. 8º serão indeferidos quando:

- I - não forem efetuados nos termos da legislação;
- II - não forem apresentados documentos exigidos pela autoridade competente;
- III - qualquer das pessoas físicas, regularmente notificada, não comparecer para a entrevista pessoal mencionada no inciso I do art. 3º;
- IV - as informações ou as declarações prestadas pela requerente se mostrarem falsas, incompletas, inverídicas, incorretas ou não puderem ser confirmadas pelo fisco;
- V - o contribuinte ou qualquer sócio, diretor, dirigente, administrador ou procurador, estiver impedido de exercer a atividade econômica em razão de decisão judicial ou da falta de atendimento de exigência imposta pela legislação tributária;
- VI - o requerente não comprovar:
  - a) a integralização do capital social e o efetivo aporte dos recursos na pessoa jurídica;
  - b) a origem dos lucros acumulados ou das reservas de qualquer natureza incorporados ao capital social, ou não demonstrar que tal integralização foi efetuada com observância dos princípios contábeis e da legislação pertinente;
  - c) que a integralização do capital social com bens, títulos ou créditos se realizou com observância do estabelecido no § 2º do art. 2º;
  - d) sua capacidade financeira, ou a de cada um de seus sócios pessoas físicas ou jurídicas, bem como dos sócios dessas últimas, e assim sucessivamente, até a comprovação da capacidade financeira de todos os respectivos sócios pessoas físicas;
  - e) que os requisitos de infraestrutura física obrigatórios estão adequadamente instalados no estabelecimento e cumprem as exigências da legislação aplicável;



VII - não forem apresentadas as garantias, quando exigidas;

VIII - os documentos apresentados pelo contribuinte forem falsos, incompletos, incorretos ou não satisfizerem as condições exigidas nesta Lei;

IX - existir débito, tributário ou não, de responsabilidade do contribuinte, inscrito ou não na Dívida Ativa da União, dos Estados ou dos Municípios, em valor total superior ao capital social efetivamente integralizado ou ao seu patrimônio líquido, se esse for inferior, não se considerando, para fins desta Lei, as integralizações de capital:

- a) realizadas com a incorporação de bens móveis ou imóveis alheios à atividade do contribuinte;
- b) com utilização de títulos ou de créditos que não representem o efetivo aporte de recursos na empresa;
- c) realizadas com inobservância ou em desacordo com as disposições previstas na legislação;

X - houver antecedentes que desabonem as pessoas físicas ou jurídicas interessadas na inscrição, na alteração de dados cadastrais ou na renovação da inscrição, assim como suas coligadas, suas controladas ou, ainda, qualquer um de seus sócios, diretores, dirigentes, administradores ou procuradores, conforme os exemplos descritos no § 3º deste artigo;

XI - ocorrer:

- a) identificação incorreta, falta ou recusa de identificação dos controladores ou beneficiários de pessoa jurídica domiciliada no exterior, que participe, direta ou indiretamente, do capital social da empresa requerente;
- b) falta de apresentação de livros, de documentos e de arquivos digitais a que estiver obrigado o contribuinte, bem como a falta de fornecimento ou o fornecimento de informações incorretas sobre mercadorias e serviços, bens, negócios ou atividades, próprias ou de terceiros, que tenham interesse comum em situação que dê origem à obrigação tributária;
- c) restrição ou negativa de acesso da autoridade competente ao estabelecimento ou qualquer de suas dependências, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde o contribuinte exerça sua atividade ou onde se encontrem mercadorias, bens, documentos ou arquivos digitais de sua posse ou propriedade, relacionados com situação que dê origem à obrigação tributária;



XII - for constatada a inatividade da empresa requerente;

XIII - for constatada a omissão ou a incorreção, não suprida, após notificação, relativamente a cada um dos estabelecimentos do requerente:

a) da Escrituração Fiscal Digital ou da Escrituração Contábil Digital, caso o requerente esteja a elas obrigado nos termos da legislação;

b) de "GIA/ICMS" - Guia de Informação e Apuração do ICMS;

c) das informações do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis - SCANC;

d) da adoção e regular emissão da NF-e ou de outros documentos;

e) da adoção e utilização de dispositivos de controle, inclusive eletrônicos, que visem monitorar ou registrar as atividades de produção, de armazenamento, de transporte e suas operações ou prestações, no interesse da fiscalização, nos termos da legislação tributária.

§ 1º Os pedidos referidos no art. 8º também serão indeferidos quando for constatada, por qualquer de seus estabelecimentos, inclusive os situados em outra unidade federada:

I - inadimplência fraudulenta;

II - simulação da realização de operação com combustíveis;

III - práticas sonegadoras lesivas ao equilíbrio concorrencial.

§ 2º Não impedem o deferimento do pedido os débitos:

I - cuja exigibilidade esteja suspensa;

II - declarados ou apurados pelo fisco, objeto de pedido de parcelamento celebrado que esteja sendo regularmente cumprido.

§ 3º São exemplos de antecedentes desabonadores, para fins do disposto no inciso X do *caput* deste artigo:



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

I - a participação de pessoa ou de entidade, na condição de empresário, de sócio, de diretor, de dirigente, de administrador ou de procurador, em empresa ou negócio considerado em situação irregular perante o fisco;

II - a condenação por crime contra a fé pública ou a administração pública, como previsto no Código Penal:

a) de falsificação de papéis ou documentos públicos ou particulares, bem como de selo ou sinal público;

b) de uso de documento falso;

c) de falsa identidade;

d) de contrabando ou descaminho;

e) de facilitação de contrabando ou descaminho;

f) de resistência visando a impedir a ação fiscalizadora;

g) de corrupção ativa;

III - a condenação por crime de sonegação fiscal;

IV - a condenação por crimes contra a ordem tributária tipificados nos artigos 1º e 2º da Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, exceto se comprovada a quitação dos débitos que deram causa à condenação;

V - a indicação em lista relativa à emissão de documentos inidôneos, ou em lista de pessoas inidôneas, elaborada por órgão federal, estadual ou municipal;

VI - a comprovação de insolvência;

VII - a pessoa física ou jurídica interessada na inscrição, na alteração de dados cadastrais ou na renovação da inscrição ter participado, na condição de empresário, de sócio, de diretor, de dirigente, de administrador ou de procurador, em empresa que teve a inscrição estadual cancelada, a menos de cinco anos, em decorrência da produção, de aquisição, de entrega, de recebimento, de exposição, de comercialização, de remessa, de transporte, de estocagem ou de depósito de mercadorias previstas no art. 1º, e que não atendam às especificações do órgão regulador competente, em qualquer unidade federada;





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

VIII - a pessoa física ou jurídica interessada na inscrição, na alteração de dados cadastrais ou na renovação da inscrição ter participado, na condição de empresário, de sócio, de diretor, de dirigente, de administrador ou de procurador, em empresa em que foi identificada a utilização de qualquer artifício capaz de produzir lesão aos interesses dos consumidores e do fisco, em qualquer unidade federada, em especial, nas seguintes situações:

- a) violação do mecanismo medidor de vazão para fornecer combustível em quantidade menor que a indicada no painel da bomba de combustível;
- b) existência de equipamentos ou mecanismos de comunicação de fluxo de combustíveis entre tanques ou bombas não levados ao conhecimento do órgão regulador competente;
- c) utilização de quaisquer equipamentos ou de mecanismos de uso não autorizado para armazenagem ou para abastecimento de combustíveis;
- d) utilização de programas aplicativos desenvolvidos para acionar equipamentos ou mecanismos com capacidade de alterar o fluxo de combustíveis entre tanques ou bombas de modo a propiciar, alternativamente, o fornecimento de combustível em desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente;
- e) violação, por qualquer meio, dos dispositivos ou do sistema de captura dos abastecimentos realizados pelos bicos das bombas de abastecimento ou de armazenagem e movimentação de combustíveis para modificar as informações das operações efetivamente realizadas;
- f) comercialização de combustíveis adulterados;

IX - a utilização de documentos fiscais ou de equipamento de uso fiscal de forma fraudulenta, inclusive de outro contribuinte ou estabelecimento.

## **SEÇÃO VI DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO**

**Art. 10.** Além das outras hipóteses previstas na legislação tributária, será cancelada a inscrição estadual de todos os estabelecimentos do contribuinte, inscritos no CAD/ICMS, que:

- I - notificado, não solicitar a renovação da inscrição;
- II - tiver seu pedido de renovação indeferido;



III - tiver seu pedido de alteração cadastral indeferido;

IV - deixar de apresentar garantias ou de complementá-las, quando exigidas;

V - incidir em alguma das situações previstas no art. 9º desta Lei, hipótese em que o cancelamento poderá ser efetuado *ex officio* pela autoridade competente, independentemente de pedido de concessão, de renovação ou de reativação da inscrição estadual ou de alteração de dados cadastrais, após oportunizado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 1º Quando a alteração cadastral se referir à mudança de endereço, à suspensão de atividades ou for relativa a outros dados específicos do estabelecimento, o cancelamento restringir-se-á ao estabelecimento requerente, na hipótese do inciso III do *caput*.

§ 2º Será ainda cancelada a inscrição nas hipóteses de:

I - cancelamento, revogação ou negativa da concessão de autorização necessária para o funcionamento ou operação, concedida por órgão federal, estadual ou municipal, dos estabelecimentos abrangidos pela respectiva autorização;

II - falta da apresentação dos documentos exigidos, no prazo estabelecido em ato do Poder Executivo;

III - falta de apresentação de informações, arquivos e documentos, que venham a causar prejuízo ao ingresso de receitas ou repasses de receitas por terceiros para a Fazenda Pública Estadual;

IV - apreensão de notas fiscais que estejam sendo utilizadas em local diverso do estabelecimento, sem autorização da CRE.

**Art. 11.** Sem prejuízo das disposições do art. 10, será cancelada a inscrição do estabelecimento que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

**Parágrafo único.** A desconformidade de que trata este artigo deverá ser comprovada por meio de laudo elaborado pela ANP ou por entidade por ela credenciada ou com ela conveniada.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 12.** O cancelamento da inscrição no CAD/ICMS inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas ao ICMS e implicará:

I - cancelamento da inscrição no CAD/ICMS dos demais estabelecimentos da empresa que exerçam atividade prescrita no art. 1º;

II - quanto aos integrantes ou representantes legais do estabelecimento penalizado:

a) impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, ainda que como administradores;

b) proibição de concessão da inscrição no CAD/ICMS para nova empresa, no mesmo ramo de atividade.

§ 1º Para efeitos deste artigo, consideram-se também representantes legais da empresa o preposto ou mandatário, ainda que temporariamente ou a qualquer título, e os sócios pessoas físicas ou jurídicas, em comum ou separadamente.

§ 2º As restrições previstas neste artigo prevalecerão pelo prazo de cinco anos contados da data do cancelamento.

**Art. 13.** O cancelamento da inscrição implica adoção das seguintes providências:

I - publicação do ato de cancelamento no Diário Oficial Executivo, no qual deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes informações de todos os estabelecimentos do contribuinte abrangidos pela medida:

a) o nome empresarial do contribuinte;

b) os números de inscrição estadual e no CNPJ;

c) o endereço constante no CAD/ICMS;

d) a data a partir da qual o contribuinte é considerado como não inscrito no referido cadastro;

II - alteração, no CAD/ICMS, da situação cadastral para cancelada, com inserção do respectivo motivo do cancelamento da inscrição;

III - arrecadação de todos os livros e documentos fiscais relativos aos estabelecimentos cuja inscrição foi cancelada, ainda que não utilizados;

IV - lacração, conforme o caso, de:



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

- a) bombas de abastecimento;
- b) tanques de armazenamento;
- c) equipamentos ECF;

V - encaminhamento de representação ao Ministério Público, observada a disciplina pertinente, sempre que for constatada a prática de ações que possam configurar, em tese, crime contra a ordem tributária ou delito de outra natureza;

VI - encaminhamento de ofício à ANP, comunicando o cancelamento da inscrição no CAD/ICMS.

## **SEÇÃO VII DO RECURSO**

**Art. 14.** Das decisões de que trata esta Lei caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, no prazo e na forma disciplinados em Ato do Poder Executivo.

## **SEÇÃO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 15.** O disposto nesta Lei se aplica, no que couber, aos contribuintes relacionados no art. 1º já cadastrados no CAD/ICMS deste Estado.

**Art. 16.** O Poder Executivo divulgará por meio do Diário Oficial Executivo a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta Lei, fazendo constar os respectivos CNPJ e endereço de funcionamento.

**Art. 17.** Fica revogada a Lei nº 14.701, de 25 de maio de 2005.

**Art. 18.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 2 de abril de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM  
Nº 024 /2013.

Curitiba, 02 de abril de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 05/04/2013

Presidente

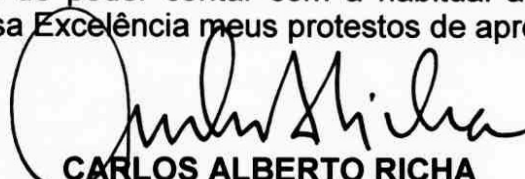
Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

O ora proposto Anteprojeto de Lei pretende conferir legitimidade ao Protocolo ICMS 48, de 2012, celebrado entre os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, a fim de uniformizar procedimentos com base na legislação paulista, que já vem adotando os critérios mencionados.

As medidas tomadas visam coibir práticas delituosas realizadas no setor de combustíveis, que têm causado grande prejuízo ao erário, além de suprir deficiências da legislação quanto ao cadastramento dos estabelecimentos e à fiscalização do referido setor.

Certo de poder contar com a habitual atenção dessa Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/prot.11.841.724-0.



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



## PARECER AO PROJETO DE LEI 120/2013

Projeto de Lei nº 120/2012

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 024/2013

**Súmula:** Dispõe sobre a concessão, alteração, renovação, e o cancelamento de inscrição no cadastro de contribuinte do ICMS de estabelecimento do setor de combustível.

**EMENTA:** TRIBUTOS. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO, ALTERAÇÃO, RENOVAÇÃO, E O CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTE DO ICMS DE ESTABELECIMENTO DO SETOR DE COMBUSTÍVEL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24, 61. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 13, 53, 65. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

### PREÂMBULO

VISTA EM 16/04/2013

Pedro Lupion

Eltor Welter

CCJ

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a concessão, alteração, renovação, e o cancelamento de inscrição no cadastro de contribuinte do ICMS de estabelecimento do setor de combustível.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.** (grifos nossos)

A **Constituição Federal** determina especificamente a competência de cada ente federativo e, no caso em tela, observa-se que a competência do Estado é concorrente, conforme segue:





# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

**I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;**

Ademais, quanto ao tema em análise cumpre ressaltar que é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), vide Decreto nº 2.838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova o regulamento desta secretaria e assim preceitua:

**Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.**

**Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as**



# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

**Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:**

**III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;**

**IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;**

**Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:**

**XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária;** (grifos nossos)

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, **expedir instruções referentes à matéria tributária.**

Ocorre que, por se tratar de competência da SEFA-PR, consequentemente, deve-se ressaltar a competência privativa do Governador do Estado; uma vez que a **Constituição Estadual** assim preceitua:



# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**

**IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. (grifos nossos)**

No entanto, ainda é importante ressaltar os seguintes dispositivos da Constituição Federal:

**Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

**§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:**

**II - disponham sobre:**

**b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;**



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Sendo assim, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo está perfeitamente de acordo com o ordenamento jurídico vigente; uma vez que é de competência do Poder Executivo.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

23.04.13



## ***REQUERIMIENTO***

**APROVADO**  
À Diretoria Legislativa.

**Em, 13 MAIO 2013**

**1º Secretário**

Requer “Regime de Urgência” para a tramitação e votação do Projeto de Lei 120/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 120/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 024/13.

**Sala das Sessões, em 13 de maio de 2013.**

Deputado **Ademar Traiano**  
Líder do Governo

Anote-se e encaminhe para Providências  
DL, 14/5/13

RECEIVED IN THE OFFICE OF THE ATTORNEY GENERAL JULY 25 1908



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 120/13**

**RELATÓRIO**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 024/13 que objetiva dispor sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

Preliminarmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a iniciativa objetiva coibir práticas delituosas realizadas no setor de combustíveis.

Constata-se, que a Constituição do Estado em seus arts. 65 e 66, ressaltam que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

De igual modo, a Constituição Federal em seu art. 24, assegura competência à União, aos Estados e ao Distrito Federal em legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

Oportuno observar, que a proposta objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**CONCLUSÃO**

Assim sendo, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

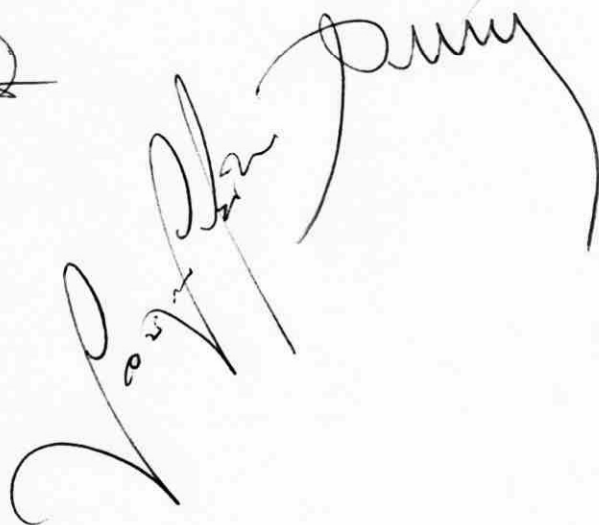
Sala das Comissões,

15/05/13

  
**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ELIO RUSCH**  
**RELATOR**









Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
17ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa



**PARECER AO PROJETO DE LEI N º 120/2013**

**Súmula:** Dispõe sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei n º 120/2013 dispõe sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

Em observação, ao art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à Indústria e Comércio.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto vem legitimar Protocolo ICMS 48 de 2012 celebrado entre Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, uniformizando procedimentos.

As medidas tomadas visam coibir práticas delituosas realizadas no setor de combustíveis, que têm causado grande prejuízo ao erário, além de suprir deficiências da legislação quanto ao cadastramento dos estabelecimentos e à fiscalização do referido setor.






Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
17ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa

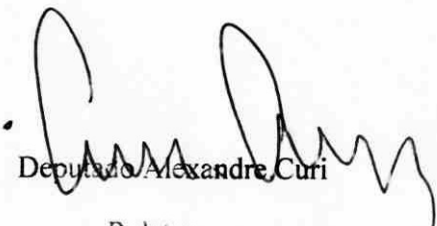


**CONCLUSÃO**


Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 120/2013.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2013.

  
Deputado André Bueno  
Presidente

  
Deputado Alexandre Curi  
Relator

74014

  
ANIBAL NETO



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 120/13

Emenda de Plenário nº	02
	29 MAIO 2013
DAP	
Visto	<i>Claudio</i>

O art. 11 do Projeto de Lei nº 120/13, de autoria do Poder Executivo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Sem prejuízo às disposições do art. 10, será suspensa a eficácia da inscrição por seis meses no Cadastro de Contribuintes do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços – ICMS, do estabelecimento que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

§ 1º Em caso de reincidência o estabelecimento comercial terá cassada a eficácia da inscrição no Cadastro de Contribuintes do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços – ICMS.

§ 2º A desconformidade a que se refere o art. 11 será apurada na forma estabelecida pela Secretaria de Estado da Fazenda e comprovada por meio de laudo elaborado pela Agência Nacional de Petróleo – ANP ou por entidade por ela credenciada ou com ela conveniada.”

Sala das Sessões, 29 de maio de 2013.

*RASCA*  
**RASCA RODRIGUES**  
Deputado Estadual

*Tercil*  
Tercil

10:39 29/05/2013 004874 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 120/13

Projeto de Lei nº 120/13

Emenda apresentada em Plenário

Súmula: Altera a redação do Art. 11 do Projeto de Lei nº 120/13.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA.  
POSSIBILIDADE. ART. 137, 138 E 141 DO  
REGIMENTO INTERNO ALEP.  
CONSTITUCIONAL. PARECER PELA  
APROVAÇÃO DA EMENDA  
MODIFICATIVA.

### PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

VISTA EM 04 / 06 / 2013

Dep. Pedro Lupion *cancelado vista*  
*[Assinatura]*



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Ocorre que, na Sessão Plenária, em data de 29 de maio de 2013, o ora projeto recebeu Emenda Modificativa de Plenário. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Desta forma, verifica-se que a emenda ora em tela está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa apresentada em plenário.

Sala das Comissões, 04 de junho de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

RELATOR

  
APROVADO

05.06.13 



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**~~ANTE~~ PROJETO DE LEI 165 / 2013**

**Súmula:** Altera a redação do artigo 2º, da Lei nº 16.271, de 09 de novembro de 2009, que autorizou o Poder Executivo a doar determinado imóvel ao Município de Chopinzinho.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** O artigo 2º da Lei nº 16.271, de 09 de novembro de 2009, alterado pela Lei nº 16.920, de 29 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O imóvel em questão será utilizado para funcionamento de serviços públicos que propiciem a industrialização do município e a geração de empregos e rendas, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 16.920, de 29 de setembro de 2011.

Palácio do Governo, em 30 de abril de 2013.

**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 06/05/2013

Presidente



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 036 /2013

Curitiba, 30 de abril de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 07 MAIO 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao artigo 2º da Lei nº 16.271, de 09 de novembro de 2009, alterado pela Lei nº 16.920, de 29 de setembro de 2011, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Chopinzinho, de área com 2.004,42 m², sob Matrícula nº 18.744, do Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho. /

O Anteprojeto de Lei em referência visa excluir as exigências impostas pelo artigo 2º da Lei nº 16.271/2009, com a redação determinada pela Lei nº 16.920/2011.

Quando da sanção da Lei 16.271/2009, o referido artigo tinha a seguinte redação:

*“Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de serviços de saúde pública, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.”*

Com a redação dada pela Lei nº 16.920/2011, o mesmo passou a ter a seguinte redação:

*“Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de serviços públicos, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.”*

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL





AJB/Prot. 11.473.003-3

Com a presente proposta, caso aprovada por essa Casa de Leis, o citado artigo passará a ter a seguinte redação:

*“Art. 2º O imóvel em questão será utilizado para funcionamento de serviços públicos que propiciem a industrialização do município e a geração de empregos e rendas, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.”*

Tal pleito calca-se na necessidade que tem o município da liberdade de buscar a melhor destinação do referido imóvel, assegurando-lhe utilização mais eficaz no atendimento aos desejos da comunidade como um todo. Esse terreno foi doado ao Estado para a construção do pelotão da Polícia Militar. Como a obra não foi construída, o Estado devolveu o mesmo à municipalidade, porém, com ônus ao município.

Conforme levantamento realizado pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Município de Chopinzinho, existe uma demanda de mais de 30 (trinta) empresas que solicitam a utilização do terreno industrial como forma de incentivo ao fomento industrial para ampliação e/ou instalação de indústrias, conforme leis de incentivo daquela municipalidade.

O mencionado terreno teria condição de abrigar cerca de 4 (quatro) pequenas empresas, contribuindo para uma geração aproximada de 32 (trinta e dois) empregos diretos, além de mais de 96 (noventa e seis) empregos indiretos.

É sabido que, em pequenas cidades do interior do Paraná, talvez o maior anseio da população é por empregos. Oportunizar empregos é uma forma de contribuir significativamente para a geração de renda e oportunidades à comunidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico do município.

Desta forma, o imóvel que hoje está em desuso, passará a ser de suma importância, principalmente para os trabalhadores que estão ansiosos por postos de trabalho. Esta ação contribuirá significativamente para a inclusão social através da geração de empregos e renda para as famílias Chopinzinhenses.

Por último, com a aprovação do presente Anteprojeto de Lei por parte dessa Assembleia Legislativa e o mesmo sendo convertido em Lei, aquele município terá a possibilidade de concretizar mais uma ação favorecendo a construção de uma sociedade cada vez mais estruturada no



contexto socioeconômico, oportunizando qualidade de vida e bem-estar ao povo de Chopinzinho.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

~~Lei 16271 - 09 de Novembro de 2009~~Publicado no Diário Oficial nº. 8093 de 9 de Novembro de 2009

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Chopinzinho.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Chopinzinho, de área com 2.004,42 m<sup>2</sup>, sob Matrícula nº 18.744, do Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho.

~~**Art. 2º.** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de serviços de saúde pública, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa. (vide Lei 16920 de 29/09/2011)~~

**Art. 2º.** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será utilizado, exclusivamente, para o funcionamento de serviços públicos, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa. (Redação dada pela Lei 16920 de 29/09/2011)

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 09 de novembro de 2009.

Roberto Requião  
Governador do Estado

Maria Marta Renner Weber Lunardon  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Rafael Iatauro  
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

topo

© 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 165/2013

Projeto de Lei nº 165/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 36/2013

**Súmula:** Altera a redação do artigo 2º, da Lei nº 16.271, de 09 de novembro de 2009, que autorizou o Poder Executivo a doar determinado imóvel ao município de Chopinzinho.

**EMENTA:** ALTERAÇÃO NO ARTIGO 2º DA LEI Nº 16.271/2009 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER FAVORÁVEL.

### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 36/2013, visa alterar redação do artigo 2º da Lei 16.271, de 09 de novembro de 2009, que autorizou o Poder Executivo a doar determinado imóvel ao Município de Chopinzinho.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

### **Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



**Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

**Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.**

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:**

**(...)**

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;**

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, verifica-se que o presente projeto atende os ditames da Lei Complementar 95/98, possuindo correta técnica legislativa.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

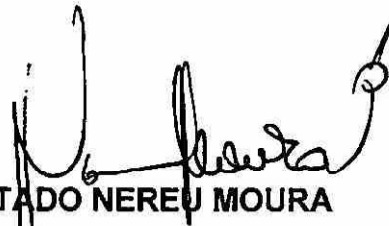
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

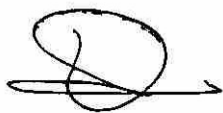
*Comissão de Constituição e Justiça*



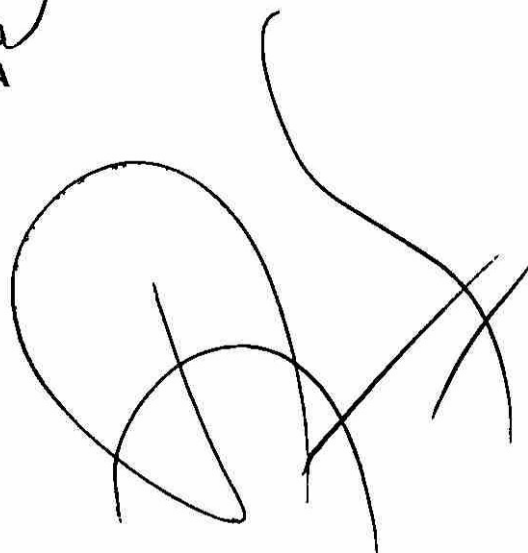
Sala das Comissões, 14 de maio de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

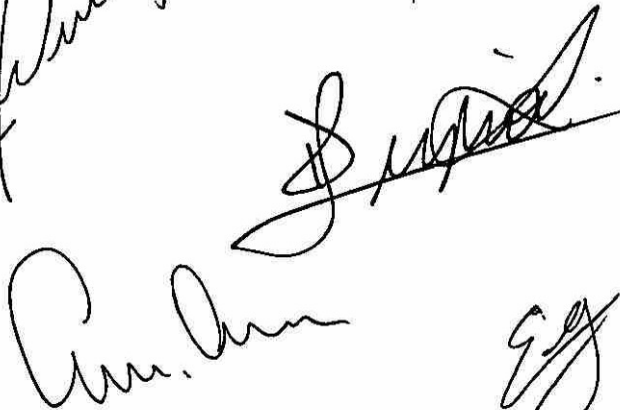
  
**DEPUTADO NEREU MOURA**  
Relator













  
**APROVADO**  
14.05.13 



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 165/2013**

**Projeto de Lei nº 165/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 036/2013**

**Súmula: Altera a redação do artigo 2º da Lei nº 16.271 de 09 de novembro de 2009, que autorizou o Poder Executivo a doar determinado imóvel ao Município de Chopinzinho.**

### **I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 165/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 036/2013, objetiva alterar a redação do artigo 2º da Lei nº 16.271 de 09 de Novembro de 2009, que autorizou o Poder Executivo a doar determinado imóvel ao município de Chopinzinho no Estado do Paraná. A alteração amplia o item que cita a cláusula de inalienabilidade, abrindo a possibilidade para utilização deste imóvel em outros fins específicos, trabalhando a abrangência e a necessidade real do município.

### **II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 165/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto de lei objetiva beneficiar o município de Chopinzinho no Estado do Paraná, com a alteração da lei nº 16.271 de 09 de novembro de 2009, que fixa em cláusula de inalienabilidade a destinação específica do imóvel ao serviço de saúde municipal. Esta alteração permite que este imóvel possa ser utilizado para outros fins específicos e atende a uma demanda regional apontada em levantamento pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Município. Uma ação que condiz com a realidade de Chopinzinho e sugere a implantação de serviços públicos que propiciem a industrialização e a geração de emprego local. Esta alteração fortalecerá de forma direta o crescimento regional,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro  
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já executada, um trabalho pela continuidade do crescimento regionalizado, atendendo a necessidade específica de toda a população.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 165/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 036/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)  
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

### III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro  
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



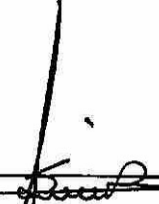
A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 165/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

#### **IV – VOTO DO RELATOR**

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Chopinzinho, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

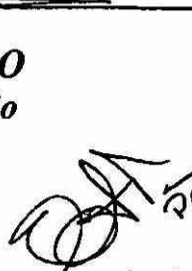
Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 165/2013**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*  
*Sala das Comissões em 20 de maio de 2013.*

  
**ADELINO RIBEIRO**  
Presidente da Comissão  
(Em exercício)

  
ELTON WELTER

  
**TERUO KATO**  
Relator

  
PASTOR EDSON PRACZYK

  
TERCÍLIO TURINI



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Liderança do Governo



Emenda de Plenário nº	01
DAP	28 MAIO 2013
Visto	<i>Claudia</i>

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 165/2013**

Altera a redação do art. 1º do  
Projeto de Lei nº 165/2013.

**Art. 1º** O art. 1º do Projeto de Lei nº 165/2013 passa a contar com a seguinte redação:

**Art. 1º** O artigo 2º da Lei nº 16.271, de 09 de novembro de 2009, alterado pela Lei nº 16.920, de 29 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 2º** O imóvel em questão será utilizado para funcionamento de empreendimentos que propiciem a industrialização do município e a geração de empregos e rendas, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.”

Sala das Sessões, 28 de maio de 2013.

*Ademir Accorsi*  
**Deputado Ademir Traiano**  
**Líder do Governo**

*Wilson Quinteiro*

*Alceu*

*Dayton Douglas*  
*Nelson Garcia*

16:46 28/05/2013 004813 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 165/13

Projeto de Lei nº 165/13

Emenda apresentada em Plenário

Súmula: Altera a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 165/13.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA.  
POSSIBILIDADE. ART. 137, 138 E 141 DO  
REGIMENTO INTERNO ALEP.  
CONSTITUCIONAL. PARECER PELA  
APROVAÇÃO DA EMENDA  
MODIFICATIVA.

### PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, visa alterar a redação do artigo 2º da Lei nº 16.271, de 09 de novembro de 2009, que autorizou o Poder Executivo a doar determinado imóvel ao Município de Chopinzinho.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Ocorre que, em segunda discussão, na Sessão Plenária de 28 de maio de 2013, o ora projeto recebeu Emenda Modificativa de Plenário. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**

**II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)**

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Desta forma, verifica-se que a emenda ora em tela está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa apresentada em plenário.

Sala das Comissões, 04 de junho de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR

  
APROVADO

04.06.13 